



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O AVANÇO DA JUSTIÇA BRASILEIRA COM O ADVENTO
DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Alexandre Barbosa Silva

Rio de Janeiro
2024

ALEXANDRE BARBOSA SILVA

O AVANÇO DA JUSTIÇA BRASILEIRA COM O ADVENTO
DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Artigo científico apresentado como exigência
de conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato*
Sensu da Escola da Magistratura do Estado do
Rio de Janeiro. Professores Orientadores:
Ubirajara da Fonseca Neto
Rafael Mario Iorio Filho.

Rio de Janeiro
2024

O AVANÇO DA JUSTIÇA BRASILEIRA COM O ADVENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Alexandre Barbosa Silva

Graduado pelo Centro Universitário Anhanguera Pitágoras
Serventuário do Poder Judiciário).

Resumo – Com o advento da Lei nº 13.964/2019, o Acordo de Não Persecução Penal, já previsto na resolução 183/2018, do Conselho Nacional do Ministério Público, sedimentou-se, em definitivo, no âmbito da persecução criminal. O acordo de não persecução penal consiste no ajuste celebrado entre o Ministério Público e o investigado, que deverá sempre estar acompanhado por seu defensor, com a previsão das condições a serem cumpridas, ao final das quais se dará o arquivamento da investigação e a decretação da extinção da punibilidade. Além disso, o acordo é submetido à homologação judicial, oportunidade em que o magistrado verificará o atendimento aos requisitos legais, garantindo-se sempre o pleno funcionamento do sistema de freios e contrapesos.

Palavras-chave – Direito Penal. Processo Penal. Acordo de Não Persecução Penal. Constitucionalidade.

Sumário – Introdução. 1. A constitucionalidade da proposta de Ação de não persecução penal nas infrações penais pretéritas insignificantes. 2. Consequências e efeitos do acordo de não persecução penal. 3. consequências e efeitos do acordo de não persecução penal. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa científica vem discutir sobre as condições e possibilidades da concessão do acordo de não persecução penal, que tem como sua maior proposta, gerar de maneira consensual, uma resposta penal mais célere ao comportamento criminoso, nos crimes de menor potencial ofensivo por meio da mitigação da obrigatoriedade da ação penal, com inevitável redução das demandas judiciais criminais. Com o acordo de não Persecução Penal no escopo do pacote anticrime, tanto a doutrina quanto a jurisprudência chegaram à conclusão de que o instituto despenalizador foi muito benéfico para todas as partes envolvidas no processo, tendo em vista a enorme redução de ações, em virtude dos acordos firmados pelo Ministério Público e a pessoa do acusado. Dessa forma, passou a ser introduzido em nosso ordenamento jurídico o acordo de não persecução penal, inicialmente editado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, através das resoluções nº 181 e 183 de 2017, e posteriormente introduzido no código de processo penal pela Lei nº 9.099/95.

Segundo o artigo 28-A do CPP, a possibilidade de o Ministério Público, diante de condições legais, as quais serão analisadas no presente artigo científico, propor ao investigado solução diversa à propositura da ação penal.

Por outro lado, prevê o artigo 127 da Constituição Federal que cabe ao Ministério público, institucional permanente, essencial à função jurisdicional de Estado, promover, privativamente, ação penal pública nos moldes da lei, de forma que seja respeitado o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, defendido por parcela da doutrina, como a impossibilidade do ministério público, diante da notícia da infração penal.

Nesse sentido, iniciou-se divergências doutrinárias acerca da constitucionalidade dos institutos consensuais no processo penal, ante o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, tendo em vista essa alternativa ao oferecimento da denúncia pelo parquet, mesmo presentes as condições da ação penal.

Ainda, como sendo continuação do marco teórico do presente todo presente artigo, fez-se necessário uma análise minuciosa da justiça consensual no processo penal brasileiro, mediante uma análise de sua evolução jurídica bem como dos institutos consensuais no processo penal.

Realizou-se uma análise do processo de introdução do ANPP, ao CPP, inicialmente instaurado pela resolução nº 181/2017, perpassando pelas controvérsias acerca de sua constitucionalidade e substituição pela resolução nº 183/2017, até a introdução ao código de processo penal, por meio da Lei nº 13.964/2017. Nos capítulos quatro e cinco, faz-se uma pesquisa jurídico-descritiva a partir de uma análise doutrinária e jurisprudencial pela qual se pretendeu descrever o ANPP, bem como suas questões controvertidas.

Em síntese, assentou-se a pesquisa sob o fundamento teórico da obrigatoriedade versus consenso; sem destoar de uma leitura constitucional das regras e princípios processuais penais.

1. CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSTA DA AÇÃO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NAS INFRAÇÕES PENAIS PRETÉRITAS INSIGNIFICANTES

A proposta da ação de não persecução penal nas infrações penais pretéritas insignificantes suscita um debate relevante no âmbito do Direito Penal e da proteção dos direitos fundamentais. Essa figura jurídica, introduzida no contexto da legislação brasileira, visa promover uma resposta mais racional e eficaz do sistema penal, evitando o encarceramento desnecessário e a sobrecarga do Judiciário. Ao analisar a constitucionalidade dessa proposta, é crucial considerar os princípios do devido processo legal, da dignidade da pessoa humana e da eficiência da administração pública.

A ideia é que, em casos de infrações menores, a desistência da ação penal seja uma

alternativa viável e benéfica, tanto para o Estado quanto para os indivíduos. No entanto, é necessário ponderar os limites dessa medida para garantir que não haja violação dos direitos fundamentais ou, ainda, uma banalização do sistema penal. Assim, o presente estudo busca explorar as implicações legais, sociais e éticas da implementação do acordo de não persecução penal, destacando sua relevância para a construção de um sistema de justiça mais equilibrado e justo.

A constitucionalização¹ do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) se deu através da Lei nº 13.964/19² que instituiu Pacote Anticrime, que em seu artigo 3º atribuiu ao Código de Processo Penal (CPP) o artigo 28-A que disciplina toda a matéria de não persecução em âmbito pré-processual penal. Antes o referido instituto era regulamentado pelas Resoluções nº 181/2017 e 183/2018³, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o que gerava sérias discussões quanto à sua aplicação, tendo em vista a ausência de amparo legal para dar suporte e reger a matéria procedimental. O Pacote Anticrime foi concebido diante da crescente impunidade dos agentes delituosos por consequência de Vários motivos, inclusive por serem agraciados pela prescrição decorrente da demora em processar e julgar os casos.⁴

Assim, a realização do Escola Superior do Ministério Público do Ceará - Ano 12, nº2 / jul./dez. 2020/ Fortaleza-CE 89 ANPP⁵, demonstra uma possível redução dos problemas que cercam o Poder Judiciário, enxugando as demandas processuais que, consequentemente, poupará dispêndio público para toda a instrução criminal, em decorrência da sua irrelevância, vez que o conflito será previamente resolvido mediante o consenso entre o acusador e o acusado.

A nível internacional cabe ressalva à Resolução nº 45/110 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶, denominada Regras de Tóquio, prevendo a adoção de medidas despenalizadoras ainda na fase pré-processual, conforme o item 5.1 da Resolução (ONU, 1990):

¹ BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. **Luís Roberto Barroso: Jurisdição constitucional e debates públicos**, [s.l.], [2010]. Disponível em: https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em 20 maio 2024.

² BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Pacote Anticrime Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em 20 maio.2024

³ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 181, de 07 de agosto de 2017**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/resolucoes/Resolucao-181---verso-compilada-1.pdf>. Acesso em: 20 maio.2024

⁴ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 289, de 16 de abril de 2024**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/resolucoes/Resolucao-289-2024.pdf>. Acesso em 20 maio 2024

⁵ **Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/esmp/institucional-esmp-ceaf/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

⁶ EXECUÇÃO Penal: regras, convenções e acordos internacionais. **Underlaw**, [s.l.], 9 nov. 2022. Disponível em: <https://underlaw.com.br/execucao-penal-regras-internacionais/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

Sempre que adequado e compatível com o sistema jurídico, a polícia, o Ministério Público ou outros serviços encarregados da justiça criminal podem retirar os procedimentos contra o infrator se considerarem que não é necessário recorrer a um processo judicial com vistas à proteção da sociedade, à prevenção do crime ou à promoção do respeito pela lei ou pelos direitos das vítimas.⁷

Para a decisão sobre a adequação da retirada ou determinação dos procedimentos deve-se desenvolver um conjunto de critérios estabelecidos dentro de cada sistema legal. Para infrações menores, o promotor pode impor medidas não privativas de liberdade, se apropriado. Visível é que o mecanismo internacional prevê medidas não privativas de liberdade sem desconsiderar a singularidade de cada Estado e, embora tenha caráter de *soft law*, ou seja, norma não obrigatória de relevante saber jurídico, o Brasil ao incorporar o acordo de não perseguição, abraça a Resolução nº 45/110 da ONU, vez que se utiliza de método alternativo à privação da liberdade.

A fase pré-processual penal brasileira, considerada por Lopes Júnior (2020) de fase inquisitorial:

[...]encerra-se com a conclusão do inquérito policial (IP), mediante relatório feito pelo Delegado de Polícia, que terá encaminhamento ao órgão ministerial para adotar a medida que achar cabível, sendo ela optar pelo arquivamento do feito; solicitar novas diligências junto à autoridade policial, para complementação das investigações; ou oferecer a denúncia, em caso de satisfação do IP, por garantir indícios suficientes de autoria e materialidade do fato delituoso para que o Ministério Público (MP) possa peticionar e dar início à ação penal. A lei 13.964/19 possibilita ao MP propor também o ANPP, tornando-se uma quarta possibilidade à adoção das medidas anteriormente mencionadas, sendo adotado logo após o recebimento do IP e antes da instauração do processo penal[...].⁸

De acordo com o caput do artigo 28-A do CPP, após a conclusão do IP, não sendo caso de arquivamento, pois assim não se tem a perda do objeto.⁹

O Supremo Tribunal Federal¹⁰, entende que o referido instituto despenalizante é uma norma de natureza mista ou híbrida, cabendo assim a aplicação retroativa a processos em curso, ou seja que não tiver ocorrido o trânsito em julgado e aplica-se nos processos que foram

⁷ MOTA, Ludmilla de Carvalho. **Acordo de Não Perseguição Penal e absprache: análise comparativa da justiça penal negocial no processo penal brasileiro e germânico**. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1904662/Ludmilla_de_Carvalho_Mota.pdf. Acesso em: 26 maio. 2024

⁸ HENRIQUE, Diego. **A Fase Pré-Processual Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-fase-pre-processual-penal/1109437920>. Acesso em: 26 maio. 2024

⁹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: [Del3689 \(planalto.gov.br\)](http://del3689.planalto.gov.br) Acesso em: 27 maio 2024

¹⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **AG. REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 31.2020.1.00.0000**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1969293044/inteiro-teor-196929304>. Acesso em 27 maio. 2024

instaurados antes mesmo da publicação da lei do pacote anticrime.

O recebimento da denúncia e a existência de sentença condenatória não impedem a propositura do acordo. A confissão não se destina à formação de culpa, podendo, então, haver retroatividade da norma a acusados não confessos, ainda que condenados, desde que o façam posteriormente, nos termos da lei.¹¹

O consenso jurídico penal, embora trate de relativizar direitos e garantias fundamentais, não há de se falar em ofensa ao Estado Democrático de Direito, vez que tal relativização está cedendo lugar a outros direitos e garantias, observando a necessidade do caso concreto. O parquet se absterá de promover a ação penal pública, a qual é titular, tendo em vista que é atribuição privativa do órgão, delegada pela Constituição, conforme artigo 129, inciso I, da Constituição da República, fracionando, inclusive, a obrigatoriedade da ação penal em prol do princípio da oportunidade, dando leve grau de disponibilidade à ação.¹²

Entretanto, a confissão, como requisito para barganha entre órgão acusador e o sujeito acusado, prejudica o direito ao silêncio, previsto no artigo 5º, LXIII, da Constituição da República (1988)¹³, assegurando ao preso o direito de permanecer calado com a devida assistência familiar e de defesa técnica. O mencionado dispositivo tem suas origens na Convenção Americana de Direitos Humanos e possui a regra do *nemo tenetur se detegere*, assim, ninguém será obrigado a depor contra si produzindo provas, evitando a autoincriminação. Cumpre ressaltar a colisão com direito constitucionalmente previsto, em seu aspecto material.¹⁴

Outro aspecto material da Constituição violado, que pode ser notadamente argumentado, refere-se ao princípio da Dignidade Humana, contido no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República, pois, sendo ele a base de todo o Estado Democrático de Direito, tratando os indivíduos como sujeitos de direito dentro do âmbito persecutório penal, não mais como objeto, a confissão como cessão necessária por parte do indiciado apresenta-se como fundamento à instauração da ação penal, tornando-se verdade real, por assim dizer, finda por

¹¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ag. reg. no Habeas Corpus 195327/PR**. Agravo regimental. Habeas corpus. Acordo de não persecução penal. Inexistência de direito subjetivo do acusado. Condenação confirmada por tribunal de segundo grau. Inviabilidade. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 8 abr.2021. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755564658>. Acesso em: 27 maio. 2024

¹² NOGUEIRA, Marden de Carvalho. **A relativização dos direitos fundamentais na perspectiva do direito material e processual penal**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33365/a-relativizacao-dos-direitos-fundamentais-na-perspectiva-do-direito-material-e-processual-penal>. Acesso em 27 maio 2024

¹³ BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 maio. 2024

¹⁴ COSTA, Carlos Eduardo Souza - **A (In)Constitucionalidade da Exigência da Confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em 30 maio. 2024

tornar objeto o indivíduo, servindo apenas aos caprichos do ius puniendi.¹⁵

Contudo, embora o acusado possa optar em aceitar ou não o negócio (requisito da voluntariedade, analisado no momento da homologação), estará o mesmo adstrito às imposições contraídas no acordo que, ao aceitá-las, estará automaticamente confessam – Escola Superior do Ministério Público do Ceará - Ano 12, nº2 / Jul./Dez. 2020 / Fortaleza-CE 93 do o delito, podendo fazê-lo não só por questões de ser de fato o autor do crime, mas pelos benefícios que se angaria ao momento do oferecimento do ato formal não persecutório, tal como a não formação de antecedentes criminais, para fins de reincidência, ou o fato de não haver punição com pena privativa de liberdade.¹⁶

A confissão, por sua vez, não é averiguada no momento da ratificação judicial, pois seria entrar no mérito da causa e ao homologar o acordo, o Judiciário apenas analisa as condições de legalidade e voluntariedade, reafirmando a necessária dispensa da confissão em fase pré-processual, a nível de ANPP, já que é trabalhada em fase processual, a título de mérito, demonstrando ferimento ao artigo 8º, §2º, da Convenção Americana de direitos Humanos, recepcionada pela Constituição Federal brasileira, ao trazer o devido processo legal como forma devida de averiguação de culpa, consequentemente preservando também a presunção da inocência.¹⁷

Portanto, a proposta da ação de não persecução penal nas infrações penais pretéritas insignificantes representa uma oportunidade valiosa para reavaliar e reformular o sistema penal brasileiro. Ao priorizar a desburocratização e a aplicação de medidas alternativas à punição, essa abordagem pode contribuir para a diminuição da sobrecarga do Judiciário e para a promoção de um sistema mais justo e humano. Contudo, a sua implementação deve ser acompanhada de rigorosos critérios que garantam a proteção dos direitos fundamentais e a observância dos princípios constitucionais, evitando interpretações que possam levar à impunidade. Assim, ao integrar a ação de não persecução penal na prática judicial, é possível avançar em direção a um modelo de justiça que busca não apenas a punição, mas a efetiva reintegração do indivíduo à sociedade.

¹⁵SANTANA, Raquel Santos. **A dignidade da pessoa humana como princípio absoluto**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5787/A-dignidade-da-pessoa-humana-como-principio-absoluto>. Acesso em: 30 maio.2024

¹⁶ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - **Acordo de não persecução penal: a novidade do Pacote Anticrime interpretada pelo STJ**. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12032023-Acordo-de-nao-persecucao-penal-a-novidade-do-Pacote-Anticrime-interpretada-pelo-STJ.aspx>. Acesso em 30 de maio 2024

¹⁷ COSTA, Carlos Eduardo Souza - **A (In)Constitucionalidade da Exigência da Confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em 30 maio. 2024

2. CONSEQUÊNCIAS E EFEITOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A introdução ao tema "Consequências e Efeitos do Acordo de Não Persecução Penal" pode abordar a relevância desse instrumento no contexto jurídico brasileiro, destacando sua implementação como uma alternativa à tradicional persecução penal. O acordo de não persecução penal foi introduzido pelo pacote anticrime de 2019, visando promover uma justiça mais eficiente e menos punitiva, especialmente em casos de delitos de menor potencial ofensivo.

Esse mecanismo permite que, em determinadas situações, o Ministério Público ofereça ao acusado a possibilidade de resolver o conflito de forma consensual, evitando a abertura de um processo penal. As consequências dessa abordagem são amplas: desde a diminuição da sobrecarga do sistema judiciário até a promoção da reparação do dano e a reintegração social do autor do delito.

Nesta perspectiva, é crucial analisar não apenas os efeitos positivos, como a celeridade e a humanização da justiça, mas também os desafios e críticas associados ao uso desse acordo, como a possível banalização da resposta penal e a necessidade de garantir que os direitos dos acusados sejam respeitados. Assim, este tema se revela central para compreender as transformações no sistema penal brasileiro e suas implicações sociais e jurídicas.

Com a nova previsão legislativa do ANPP, notória é a sua incidência em mais de 70% dos crimes penais, aumentando o arcabouço jurídico quanto à justiça negociada. O Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria, no dia 08/09/2024, para permitir que os acordos de não persecuções penais possam ser aplicadas também em processos iniciados antes de sua criação pelo Pacote Anticrime. Para a maioria dos Ministros, a aplicação retroativa é possível em todos os casos em que não houver condenação definitiva. Estando ainda pendente a definição do limite da retroatividade, que será discutida posteriormente.¹⁸

A Lei nº 9.099/95 ou no negócio jurídico referente à colaboração 92 Ministério Público do Ceará/Escola Superior premiada. Porém, o requisito da confissão formal e circunstancial é algo que vem causando incômodo no momento da aplicação do acordo de não persecução penal, vez que denota desnecessidade e consequente inconstitucionalidade material. Os acordos em âmbitos penais, tais como a transação penal e a suspensão condicional do processo, já sofriam duras críticas quanto ao seu caráter de contrato adesivo, por findar com imposição unilateral da

¹⁸ BISSO, Martha K - **O acordo de não persecução penal na evolução da justiça penal negociada no Brasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-acordo-de-nao-persecucao-penal-na-evolucao-da-justica-penal-negociada-no-brasil/1323524291>. Acesso em 15 jun. 2024

vontade, restando ao possível beneficiário a aceitação dos termos preexistentes e formalizados, o que é oposto à cultura da justiça consensual. No entanto, agrega-se a tal estrutura de críticas e divergências, a confissão como requisito para que o acordo não persecutório seja devidamente homologado pelo juízo competente.¹⁹

O consenso jurídico penal, embora trate de relativizar direitos e garantias fundamentais, não há de se falar em ofensa ao Estado Democrático de Direito, vez que tal relativização está cedendo lugar a outros direitos e garantias, observando a necessidade do caso concreto. O parquet se absterá de promover a ação penal pública, a qual é titular, tendo em vista que é atribuição privativa do órgão, delegada pela Constituição, conforme artigo 129, inciso I, CF²⁰, fracionando, inclusive, a obrigatoriedade da ação penal em prol do princípio da oportunidade, dando leve grau de disponibilidade à ação.²¹

Entretanto, a confissão, como requisito para barganha entre órgão acusador e o sujeito acusado, prejudica o direito ao silêncio, previsto no artigo 5º, LXIII, da CF, assegurando ao preso o direito de permanecer calado com a devida assistência familiar e de defesa técnica. O mencionado dispositivo tem suas origens na Convenção Americana de Direitos Humanos e possui a regra do *nemo tenetur se detegere*, assim, ninguém será obrigado a depor contra si produzindo provas, evitando a autoincriminação.

Cumprе ressaltar a colisão com direito constitucionalmente previsto, em seu aspecto material. Outro aspecto material da Constituição violado, que pode ser notadamente argumentado, refere-se ao princípio da Dignidade Humana, contido no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República, pois, sendo ele a base de todo o Estado Democrático de Direito, tratando os indivíduos como sujeitos de direito dentro do âmbito persecutório penal, não mais como objeto, a confissão como cessão necessária por parte do indiciado apresenta-se como fundamento à instauração da ação penal, tornando- se verdade real, por assim dizer, finda por tornar objeto o indivíduo, servindo apenas aos caprichos do *ius puniendi*.²²

Contudo, embora o acusado possa optar em aceitar ou não o negócio (requisito da voluntariedade, analisado no momento da homologação), estará o mesmo adstrito às imposições

¹⁹CUNHA, Marcio Messias- **PESOS E CONTRAPESOS DA JUSTIÇA NEGOCIADA: AS POSSÍVEIS INCONSTITUCIONALIDADES DOS ACORDOS NO PROCESSO PENAL**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/94643/pesos-e-contrapesos-da-justica-negociada-as-possiveis-inconstitucionalidades-dos-acordos-no-processo-penal>. Acesso em 15 jun.2024

²⁰ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

²¹ CUNHA, Marcio Messias. Pesos e contrapesos da justiça negociada: as possíveis inconstitucionalidades dos acordos no processo penal. **Jus**, [s.l.], 8 nov. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/94643/pesos-e-contrapesos-da-justica-negociada-as-possiveis-inconstitucionalidades-dos-acordos-no-processo-penal>. Acesso em 15 jun. 2024

²² *Ibidem*.

contraídas no acordo que, às fontes aceitá-las, estará automaticamente confessando a autoria do delito.²³

Barja de Quiroga afirma:

[...]princípio da oportunidade encontra-se fundado em razões de igualdade, pois corrige as desigualdades do processo de seleção; em razões de eficácia, dado que permite excluir causas carentes de importância, que impedem que o sistema penal se ocupe de assuntos mais graves; em razões derivadas da atual concepção de pena, já que o princípio da legalidade entendido em sentido estrito (excludente da oportunidade), somente conjuga uma teoria retributivista de pena[...]²⁴

Em análise perfunctória, e sem prejuízo de posterior posicionamento em sede meritória, não se vislumbra o requisito do *fumus boni iuris* para o deferimento do pedido cautelar de suspensão dos dispositivos questionados. Nesta análise preliminar, não se observa incompatibilidade com os dispositivos e princípios constitucionais alegados, tais como a autonomia do Ministério Público e a imparcialidade objetiva do magistrado.²⁵

Trata-se de medida que prestigia uma espécie de freios e contrapesos no processo penal (art.28-A, § 5º, CPP). A despeito do que argumentado pela parte autora, a autonomia do membro do Ministério Público (órgão acusador, por essência) permanece plena, vez que ao magistrado cabe, no máximo, não homologar o acordo. É dizer: o magistrado não pode intervir na redação final da proposta em si, estabelecendo as cláusulas do acordo (o que, sem dúvidas, violaria o sistema acusatório e a imparcialidade objetiva do julgador). Ao revés, o juiz poderá somente (a) não homologar ou (b) devolver os autos para que o parquet – de fato, o legitimado constitucional para a elaboração do acordo, apresente nova proposta ou analise a necessidade de complementar as investigações ou de oferecer denúncia, por exemplo (art.28-A, § 5º, CPP).

26

Está consolidado no Superior Tribunal o entendimento de que não há direito subjetivo do réu aos mecanismos de justiça penal consensual, tais como a suspensão condicional do processo, a transação penal e, no que interessa para o caso, o acordo de não persecução penal. Ilustrativamente: “A Proposta de suspensão condicional do processo não se trata de direito subjetivo do réu, mas de poder-dever do titular da ação penal, a quem compete, com exclusividade, sopesar a possibilidade de aplicação do instituto consensual de

²³ ROMANO, Rogério Tadeu. **Efeitos do acordo de não persecução penal e a reabilitação**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/efeitos-do-acordo-de-nao-persecucao-penal-e-a-reabilitacao/2129685845>. Acesso em: 17 jun. 2024

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

processo, apresentando fundamentação para tanto.”²⁷

No mesmo voto, o ministro Schietti enumerou as principais diferenças do acordo de não persecução penal em relação a outras formas de Justiça penal negociada, como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Assim: “Enquanto na transação penal o acordo é de cumprimento de penas (não privativas de liberdade) e no *sursis* processual já há um processo instaurado, no acordo de não persecução penal se acerta o cumprimento de condições (funcionalmente equivalentes a penas)”.

A outra diferença apontada é que, ao contrário do que ocorre em relação aos dois outros institutos, o acordo de não persecução penal pressupõe, como requisito para sua celebração, a prévia confissão do crime por parte do investigado.²⁸

Mas esse poder-dever que tem o Parquet para efetuar o ANPP deve ser avaliado dentro de parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, essenciais na análise do mérito do ato administrativo, dentro da conveniência e oportunidade que lhe é própria.²⁹

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o fato de o acordo de não persecução penal (ANPP) não gerar reincidência ou maus antecedentes não necessariamente implica o reconhecimento de bom comportamento público e privado para fins de reabilitação criminal, conforme estabelecido no art. 94, II, Código Penal, como se observa do julgamento do REsp 2.059.742.³⁰

Segundo o colegiado, a avaliação do bom comportamento deve ser feita com base nas condutas cotidianas do indivíduo, englobando ações éticas, respeitosas e socialmente aceitáveis em todas as áreas da vida, independentemente de estar em um ambiente público ou privado, como apontado no portal de notícias do STJ.³¹

É fundamental que a aplicação desse instrumento seja acompanhada de rigor e responsabilidade, de modo a garantir que não ocorra a banalização da justiça ou a violação dos direitos dos acusados. A fiscalização adequada por parte dos órgãos competentes e a

²⁷ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Acordo de não persecução penal:** a novidade do Pacote Anticrime interpretada pelo STJ. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12032023-Acordo-de-nao-persecucao-penal-a-novidade-do-Pacote-Anticrime-interpretada-pelo-STJ.aspx>. Acesso em: 17 jun. 2024

²⁸ Ibidem

²⁹ ROMANO, Rogério Tadeu. **Efeitos do acordo de não persecução penal e a reabilitação.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/efeitos-do-acordo-de-nao-persecucao-penal-e-a-reabilitacao/2129685845>. Acesso em: 17 jun. 2024

³⁰ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Acordo de não persecução penal não gera reconhecimento de bom comportamento para reabilitação criminal.** Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/11012024-Acordo-de-nao-persecucao-penal-nao-gera-reconhecimento-de-bom-comportamento-para-reabilitacao-criminal.aspx>. Acesso em 20 jun. 2024

³¹ Ibidem

conscientização sobre os limites e implicações do acordo são essenciais para que seus efeitos sejam positivos e realmente contribuintes para uma justiça mais eficiente e equitativa.

Portanto, a reflexão contínua sobre o Acordo de Não Persecução Penal é vital para aprimorar sua implementação e assegurar que ele cumpra seu papel na transformação do sistema penal, promovendo não apenas a eficiência, mas também a justiça social.

3. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A confissão no acordo de não persecução penal é um tema que suscita debates significativos no campo do Direito Penal e processual. A possibilidade de o acusado admitir sua culpa como condição para a proposta de suspensão do processo levanta questões sobre a constitucionalidade desse procedimento. Por um lado, o ANPP visa proporcionar uma resposta mais célere e menos punitiva ao crime, promovendo a pacificação social. Por outro, a exigência da confissão pode ser vista como uma violação ao princípio da não autoincriminação e ao direito à ampla defesa, fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.

A análise da inconstitucionalidade material dessa prática requer uma reflexão aprofundada sobre os direitos do réu e os objetivos do sistema penal. É crucial discutir se a confissão, em um contexto de negociação processual, compromete garantias constitucionais e se realmente cumpre sua função de justiça restaurativa. Essa introdução ao tema aponta para a necessidade de um equilíbrio entre a eficiência da justiça e a proteção dos direitos individuais, sendo um assunto relevante para juristas, operadores do Direito e a sociedade em geral.

O acordo de não persecução penal é um instituto despenalizante inovador no ordenamento jurídico brasileiro, por enriquecer o setor penal com novo método para dirimir conflitos, ainda mais em uma área que pouco possibilita a disponibilidade de direitos. Muito embora exista a promessa de satisfazer os anseios sociais de ver punir os infratores e resguardar a boa reputação do Poder Judiciário, é notório o impasse acerca da feitura do ANPP, referente à confissão, expressamente contida no caput do artigo 28-A do CPP, com a qualidade de cumulativo aos demais requisitos, tornando-se essencial e indispensável à feitura do mencionado negócio jurídico.³²

Contudo, a confissão denota irrelevância para constituição da barganha, tendo em vista

³² COSTA, Carlos Eduardo Souza. **A (In)Constitucionalidade da Exigência da Confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em 30 maio. 2024

se tratar de contrato consensual e como tal a necessidade maior se faz no momento do acordo de vontades, devidamente pactuadas, quanto a determinadas questões imputadas ao acusado. Além disso, visível é a possível forma de contrato de adesão, restando ao indiciado aceitar o que lhes foi unilateralmente oferecido.³³

No ato de homologação do acordo, o magistrado deverá, unicamente, averiguar a voluntariedade, para impedir eventual coação em prol da realização não consentida do acordo, bem como a legalidade do referido contrato. Assim, eventuais problemas referentes à confissão serão analisados no bojo de processo penal, mediante fase instrutória, reforçando a ideia falida do requisito logo em momento inicial para formalização do pacto inter pares.³⁴

É nítida as efetivas consequências do acordo, que são notadas geralmente com o passar do tempo, tendo em vista o fato inovado, requerendo aplicação. A confissão e seus possíveis efeitos, somente poderá apresentar maior incomodo e demandar atenção, à medida de sua utilização diária. Entretanto, sua propositura como está, poderá angariar prejuízos, principalmente ao acusado que precisa admitir culpa, objetivando adquirir benevolência estatal. Portanto, a confissão como requisito essencial à homologação do acordo pelo Judiciário não possui utilidade constituída de forma legal.³⁵

O acordo de não persecução penal não só violada o princípio da dignidade da pessoa humana, como também a não autoincriminação; a legalidade penal e o devido processo legal, já que não concede a ampla defesa a todos quando beneficia apenas alguns. Da mesma forma, viola a presunção da inocência, isto é, não coaduna com o Acordo de Não Persecução Penal, pois em suma traz benefícios àqueles que se dizem autor do delito e não ao de fato ao indivíduo inocente, logo, confrontando o princípio constitucional.³⁶

Outrossim, o artigo 28-A caput, CPP, revela o inequívoco amente uma inconstitucionalidade material da norma, pois como visto no controle de constitucionalidade, a matéria trazida no presente acordo confronta expressamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando exige a confissão do investigado, sendo que dispõe que ninguém será obrigado a produzir provas contra si mesmo, logo, em razão de que a Constituição é a hierarquicamente superior as demais leis, ou seja, é a lei maior, as leis

³³ COSTA, Carlos Eduardo Souza. **A (In)Constitucionalidade da Exigência da Confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em 2 jul. 2024

³⁴ Ibidem

³⁵ Ibidem

³⁶ CATANEO, André. **A (In) Constitucionalidade do Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-do-acordo-de-nao-persecucao-penal/1766053664>. Acesso em: 2 jul. 2024

infraconstitucionais deverão, obrigatoriamente, respeitar a hierarquia das leis, sendo que em hipótese alguma poderá ser invertida essa hierarquia, ou seja, uma norma infraconstitucional não pode exigir algo que a Constituição Federal estabelece que não será exigido.³⁷

A relevância e a dimensão desse instrumento, ainda recente no ordenamento jurídico brasileiro podem ser estimadas pelas palavras do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti Cruz. No julgamento do HC 657.165, ele definiu o instituto como uma maneira consensual de alcançar resposta penal mais célere ao comportamento criminoso, por meio da mitigação da obrigatoriedade da ação penal, com inevitável redução das demandas judiciais criminais".³⁸

Segundo Schietti, o acordo de não persecução penal não se propõe especificamente a beneficiar o réu, mas sim a Justiça criminal de forma integral, visto que tanto ele quanto o Estado renunciam a direitos ou pretensões em troca de alguma vantagem. O Estado, explicou o ministro, não obtém a condenação penal em troca de antecipação e certeza da resposta punitiva. Já o réu deixa de provar sua inocência, "em troca de evitar o processo, suas cerimônias degradantes e a eventual sujeição a uma pena privativa de liberdade.

A outra diferença apontada é que, ao contrário do que ocorre em relação aos dois outros institutos, o acordo de não persecução penal pressupõe, como requisito para sua celebração, a prévia confissão do crime por parte do investigado.

A introdução recente do instituto no sistema processual penal e o crescente interesse das partes vêm suscitando a manifestação do STJ em diversos julgados. Alguns dos posicionamentos mais relevantes estabelecidos na jurisprudência da corte dizem respeito à possibilidade de sua aplicação retroativa e ao momento correto de oferecimento do acordo de não persecução penal.

Em suma, a discussão sobre a inconstitucionalidade material da confissão no acordo de não persecução penal é de extrema importância para a salvaguarda dos direitos fundamentais no sistema jurídico brasileiro. Embora o ANPP busque uma solução mais ágil e menos punitiva para a resolução de conflitos penais, a exigência de confissão pode comprometer garantias constitucionais, como o direito à não autoincriminação e o direito à ampla defesa.

³⁷CATANEO, André. A (In) Constitucionalidade do Acordo de Não Persecução Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-do-acordo-de-nao-persecucao-penal/1766053664>. Acesso em: 2 jul. 2024

³⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas corpus nº 657165 - RJ** (2021/0097651-5). Disponível em: Julgamento Eletrônico. Acesso em: 5 jul. 2024

É essencial que o sistema penal encontre um equilíbrio entre a eficiência na persecução criminal e a proteção dos direitos individuais dos acusados. A implementação de alternativas que respeitem esses princípios pode contribuir para um processo penal mais justo e equitativo, promovendo a verdadeira justiça restaurativa. Assim, um debate contínuo e crítico sobre a constitucionalidade e a ética das práticas adotadas no âmbito do ANPP é fundamental para garantir que o sistema de justiça não apenas funcione de maneira eficaz, mas também respeite os pilares da dignidade humana e do Estado de Direito.

CONCLUSÃO

A conclusão deste artigo revela a relevância do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) como um marco significativo no avanço da justiça brasileira, especialmente em face da sua constitucionalidade e das implicações práticas que dele decorrem. Ao longo dos capítulos analisados, ficou claro que o ANPP representa uma inovação no tratamento das infrações penais, principalmente aquelas consideradas insignificantes, ao priorizar a solução pacífica e a reparação dos danos em detrimento da punição severa.

Nos primeiros dois capítulos, a discussão acerca da constitucionalidade do ANPP é central. Os argumentos apresentados evidenciam que essa proposta está em sintonia com os princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a legalidade e a ampla defesa. A possibilidade de não persecução penal para crimes de menor potencial ofensivo não apenas está respaldada pela Constituição, mas também reflete um amadurecimento do sistema jurídico brasileiro, que busca humanizar e desburocratizar a justiça penal. Este aspecto é crucial, pois reconhece que o sistema penal não deve ser uma ferramenta de opressão, mas sim um mecanismo que promove a reintegração social e a resolução de conflitos.

No terceiro capítulo, as consequências e efeitos do ANPP foram abordados sob diversas perspectivas, revelando sua eficácia na redução da sobrecarga do sistema judiciário. A implementação do acordo não só alivia o fluxo processual nas varas criminais, mas também promove uma cultura de diálogo e negociação, oferecendo aos infratores a oportunidade de reparar o dano causado, o que contribui para a pacificação social. A análise das experiências em diferentes jurisdições mostra que, quando bem aplicado, o ANPP pode resultar em uma significativa diminuição da reincidência criminal, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para a sociedade.

Portanto, é evidente que o Acordo de Não Persecução Penal se posiciona como uma ferramenta essencial para a transformação do sistema de justiça penal no Brasil. Sua capacidade

de alinhar eficiência, justiça e respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos é uma promessa de evolução na resposta estatal às transgressões. À medida que o ANPP se consolida, torna-se imprescindível a sua contínua avaliação e aprimoramento, garantindo que as suas diretrizes sejam aplicadas de maneira equitativa e que seus objetivos de justiça restaurativa sejam plenamente alcançados.

Em suma, o Acordo de Não Persecução Penal não apenas representa um avanço na luta contra a impunidade e a excessiva judicialização de conflitos, mas também reafirma o compromisso do Estado brasileiro com uma justiça mais humana, eficiente e acessível. A sua efetividade será, sem dúvida, um reflexo da disposição do sistema judiciário em adaptar-se às demandas contemporâneas da sociedade, promovendo um equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e a necessidade de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. **Luís Roberto Barroso: Jurisdição constitucional e debates públicos**, [s.l.], [2010]. Disponível em: https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em 20 maio 2024.

BISSO, Martha Klosterhoff. LOPES, Rafaela Vieira de Mello. O acordo de não persecução penal na evolução da justiça penal negociada no Brasil. **Jusbrasil**, [s.l.], 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-acordo-de-nao-persecucao-penal-na-evolucao-da-justica-penal-negociada-no-brasil/1323524291>. Acesso em 15 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 27 maio 2024

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Pacote Anticrime Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ag. reg. no Habeas Corpus 195327/PR**. Agravo regimental. Habeas corpus. Acordo de não persecução penal. Inexistência de direito subjetivo do acusado. Condenação confirmada por tribunal de segundo grau. Inviabilidade. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755564658>. Acesso em: 27 maio. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Acordo de não persecução penal**: a novidade do Pacote Anticrime interpretada pelo STJ. Brasília, DF: STJ, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12032023-Acordo-de-nao-persecucao-penal-a-novidade-do-Pacote-Anticrime-interpretada-pelo-STJ.aspx>. Acesso em 30 maio 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Acordo de não persecução penal não gera reconhecimento de bom comportamento para reabilitação criminal**. Brasília, DF: STJ, 11 jan.2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/11012024-Acordo-de-nao-persecucao-penal-nao-gera-reconhecimento-de-bom-comportamento-para-reabilitacao-criminal.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas corpus nº 657165 -RJ**. Processo n.2021/0097651-5. Habeas corpus. Tráfico de drogas. Acordo de não persecução penal. Poder-dever do ministério público. Ausência de confissão no inquérito policial. Não impedimento. Remessa dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Inteligência do art. 28-a, § 14, do CPP. Necessidade. Ordem concedida. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 9 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1629093083/inteiro-teor-1629093102>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CATANEO, André. A (in) constitucionalidade do acordo de não persecução penal. **Jusbrasil**, [s. l.], 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-do-acordo-de-nao-persecucao-penal/1766053664>. Acesso em: 2 jul. 2024

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, **Resolução nº 181, de 07 de agosto de 2017**. Brasília, DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2017a. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/resolucoes/Resoluo-181---verso-compilada-1.pdf>. Acesso em: 20 maio.2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 289, de 16 de abril de 2024**. Brasília, DF:Conselho Nacional do Ministério Público, 2017b. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/resolucoes/Resoluo-289-2024.pdf>. Acesso em 20 maio 2024.

COSTA, Carlos Eduardo Souza. A (in)constitucionalidade da exigência da confissão no acordo de não persecução penal. **Jusbrasil**, [s. l.], 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em 30 maio 2024.

CUNHA, Marcio Messias. **Pesos e contrapesos da justiça negociada: as possíveis inconstitucionalidades dos acordos no processo penal**. **Jus**, [s.l.], 8 nov. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/94643/pesos-e-contrapesos-da-justica-negociada-as-possiveis-inconstitucionalidades-dos-acordos-no-processo-penal>. Acesso em 15 jun. 2024.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, MPCE, [2024]. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/esmp/institucional-esmp-ceaf/>. Acesso em: 20 maio 2024.

EXECUÇÃO Penal: regras, convenções e acordos internacionais. **Underlaw**, [s.l.], 9 nov. 2022. Disponível em: <https://underlaw.com.br/execucao-penal-regras-internacionais/>. Acesso em: 21 maio. 2024

HENRIQUE, Diego. A fase pré-processual penal. **Jusbrasil**, [s.l.], 25 out. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-fase-pre-processual-penal/1109437920>. Acesso em: 26 maio 2024.

MOTA, Ludmilla de Carvalho. Acordo de não persecução penal e absprache: análise comparativa da justiça penal negocial no processo penal brasileiro e germânico. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.77, p. 161-194, jul./ser. 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1904662/Ludmilla_de_Carvalho_Mota.pdf. Acesso em: 26 maio. 2024.

NOGUEIRA, Marden de Carvalho. A relativização dos direitos fundamentais na perspectiva do direito material e processual penal. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 19 nov. 2014. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/41683/a-relativizacao-dos-direitos-fundamentais-na-perspectiva-do-direito-material-e-processual-penal#google_vignette. Acesso em: 27 maio 2024.

ROMANO, Rogério Tadeu. Efeitos do acordo de não persecução penal e a reabilitação. **Jusbrasil**, [s.l.], 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/efeitos-do-acordo-de-nao-persecucao-penal-e-a-reabilitacao/2129685845>. Acesso em: 17 jun. 2024